

Sieeesp acusa secretário de prejulgar escolas

Assessor jurídico do sindicato, Adib Salomão, afirma que secretário de Defesa Econômica, Antonio Gomes, atua de forma revanchista

O Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieeesp) decidiu jogar mais lenha na polêmica que trava com o Departamento de Proteção e Defesa Econômica (DPDE), do Ministério da Justiça, sobre a possível cartelização do setor. Em nota oficial divulgada hoje pela imprensa, o sindicato informa que jamais pensou em rever sua posição em orientar as escolas sobre indexação de mensalidades, porque não considera isso crime. O assessor jurídico da entidade, Adib Salomão, também disse ontem que o atual secretário de Defesa Econômica, Antonio Gomes, ao qual se subordina o DPDE, está prejulgando as escolas particulares, numa atitude revanchista.

Segundo Salomão, Gomes já teria feito declarações desfavoráveis às escolas particulares em entrevista a jornais. "Ele não poderia ter atacado as escolas, pois a questão ainda está sendo discutida", afirmou. O assessor jurídico também disse que, na época em que ainda pertencia ao Ministério Público, há dois anos, Gomes encaminhou à Secretaria de Defesa Econômica a mesma acusação de abuso de poder econômico contra escolas de Brasília. "Ele saiu derrotado e agora, como secretário, quer levantar a mesma

questão", disse Salomão. "Isso não faz sentido".

Gomes, no cargo há apenas 20 dias, disse ontem que a Secretaria de Defesa Econômica continuará investigando as atitudes do Sieeesp, que estaria induzindo 6.500 escolas particulares de São Paulo a adotar um contrato padrão com o mesmo indexador de preços. "Se isto estiver ocorrendo, constitui prática de cartelização, condenada por lei, e nós não vamos tolerar", afirmou.

O secretário negou qualquer prejulgamento. "O processo segue normalmente, com amplo direito de defesa assegurado ao Sieeesp", disse. Sobre a polêmica com o sindicato de escolas de Brasília, Gomes esclareceu que o tema era outro. "Quando trabalhava no Ministério Público, fui à Justiça para exigir que as escolas cumprissem a lei 3.200, de 1941, que determina a redução nos preços de mensalidades para pais que têm mais de um filho na mesma escola", disse. "A questão ainda está sendo julgada".

A discussão entre o Sieeesp e a Secretaria, começou por meio de um alerta do Ministério Público de São Paulo. Pelo documento enviado para Brasília, o Sieeesp e a Federação Interestadual das Escolas Particulares estariam cartelizando o setor.